

Cardoso reclama da falta de recursos

Num discurso emocionado o ministro da Fazenda desabafou, critica quem não quer pagar impostos, e também reclama da predominância de interesses particulares

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, desabafou com um grupo de políticos na noite de terça-feira, dizendo que é difícil resolver os problemas do País porque “ninguém quer pagar imposto e todos só se preocupam com seus interesses particulares”.

Foi o mais emocionado discurso desde que ele tomou posse, feito a uma comissão de nordestinos que foi lhe pedir recursos para socorrer 12 milhões de pessoas atingidas pela seca.

IPMF — Cardoso aproveitou uma deixa do ex-ministro da Fazenda deputado Gustavo Krause (PFL-PE), que argumentou: “Falta aqui, nesta sala, uma personagem. Falta um juiz do Supremo Tribunal Federal, que acabou com o IPFM, que gerava os recursos para aplacar a miséria da seca. Pelo menos um juiz deveria estar aqui para ver como funcionam as demandas sociais, evitando que as decisões fiquem apenas na teoria jurídica.”

Aposentados — O ministro não apenas concordou como, quase exaltado, lembrou que o Supremo além de bloquear uma expectativa de arrecadação (do IPMF) no valor de US\$ 2,2 bilhões resolveu



acrescentar uma despesa extra de US\$ 7 bilhões, ao determinar o pagamento de pendências judiciais dos planos Bresser, Verão e relativas a aposentados que no passado recebiam menos do que um salário mínimo de benefício.

“O Supremo acaba com o IPMF mas não julga o Cofins, logo, não se paga imposto” afirmou. “Assim, o País não encontra o seu rumo.” Para o ministro, “os partidos e os candidatos precisam se convencer que eles não são mais importantes do que o País”. E acrescentou: “E agora existe essa politicagem em torno da revisão constitucional, a revisão é fundamental para gerar os recursos que precisamos.”

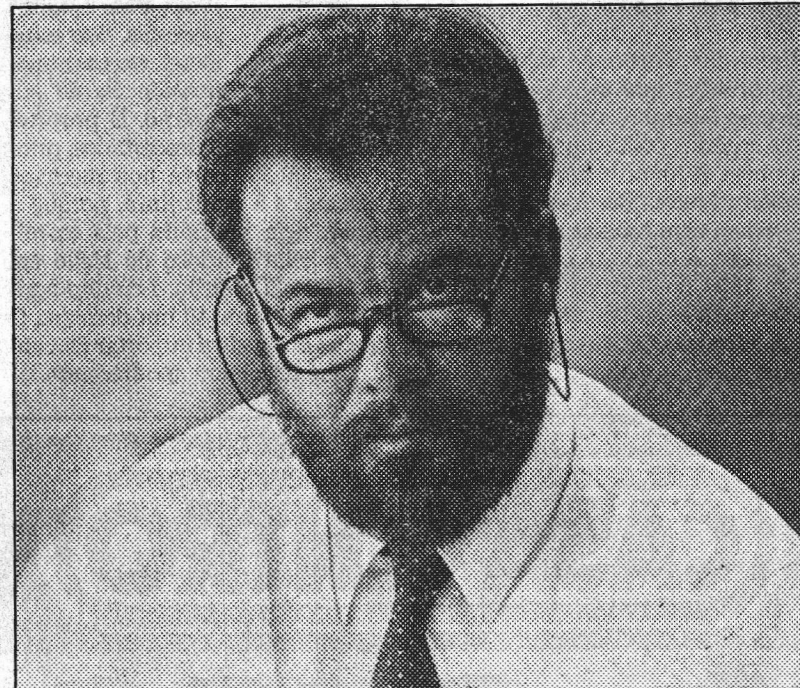
**MINISTRO
DIZ QUE NO
BRASIL
PREVALECEM
APENAS OS
INTERESSES
PARTICULARES**

lhões em títulos públicos para obter a verba destinada às vítimas da seca, cuja justiça ele reconhece.

Governadores, prefeitos, deputados, senadores e sindicalistas nordestinos ali presentes solicitaram a elevação do valor da ajuda, atualmente de meio salário mínimo (CR\$ 6.012,00), e do número de pessoas beneficiadas.



Gustavo Krause: “Faltou um juiz do STF na reunião”



Jungman: US\$ 260 milhões em títulos públicos

José Varella/AE

Waldemar Padovani/AE

Títulos públicos — Dirigindo-se ao secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Raul Jungman, o ministro determinou o lançamento de US\$ 260 mi-